

Buriti entra na Justiça contra camelôs

O procurador-geral do DF, Célio Afonso de Almeida, encaminhou ontem à presidente do Tribunal de Justiça, Maria Tereza Braga, pedido de cassação da liminar concedida aos vendedores ambulantes, que garantiu a permanência das barracas na plataforma superior da Rodoviária até 5 de janeiro próximo. Na explanação enviada ao TJDF, o procurador ressalta que a operação, a ser deflagrada pela Secretaria de Viação e Obras, e contestada pelos camelôs, não promoverá a remoção dos vendedores.

Célio Afonso acredita que a determinação possa ser revogada nas próximas horas, já que o posicionamento da SVO contempla, na sua quase totalidade, as reivindicações da categoria. Salienta que a única alteração a ser empreendida, é a transferência das barracas da passarela entre os setores de Diversão Sul e Norte para o estacionamento do Eixo Leste, tem por base resguardar os pedestres que ficaram sem espaço nas calçadas. Com a proximidade dos festejos natalinos, o aumento no fluxo poderia agravar a situação.

O mandado de segurança impetrado pela juiza substituta da 4ª Vara da Fazenda Pública, Aligari Corrêa Loureiro, havia frustrado os planos do secretário de Viação e Obras, Wanderley Vallim, que decidira pela permanência dos ambulantes na plataforma da Rodoviária, até o encerramento do Ano-Novo. A única modificação proposta pelos técnicos do órgão, transferindo os camelôs para o estacionamento de frente ao Touring Club do Brasil, respeitava o veto da Secretaria de Segurança Pública quanto ao comércio entre o Conic e o Conjunto Nacional.

PLANO DOIS

Essa proposta foi apresentada ao secretário, em substituição a um plano anteriormente elaborado, que determinava a dispersão dos ambulantes por quatro pontos distintos, do Setor Comercial Sul à Pracinha do CNB. Ao não entregar a relação dos 75 vendedores que teriam direito a um espaço nessas localidades, o presidente do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes, Antônio Francisco Oliveira, fez abortar a tentativa

de mudança, que garantia espaço a todos os 274 ambulantes na própria plataforma, obedecendo-se os limites de segurança.

Sem a necessidade de uma seleção, o plano seria executado a partir da segunda-feira passada, com o desmonte das barracas, em uma ação coordenada pelas secretarias de Finanças, Segurança Pública, Viação e Obras e Indústria e Comércio. Caso a liminar seja mesmo cassada, o esquema retorna a à pauta do dia. O chefe de Gabinete da SVO, Newton de Castro, acredita que, "como o aumento do fluxo de pessoas e veículos no local, em virtude dos festejos natalinos, aumentam também os riscos de acidentes, já que não existe mais calçadas para o tráfego de pedestres".

Disse que os transeuntes, estariam sendo forçados a arriscar suas vidas na via pública. No ano passado, os camelôs promoveram invasão semelhante, regulamentada pelo governador José Aparecido através de decreto que permitia o comércio ambulante no local, até a finalização das comemo-

rações de Ano-Novo. Para evitar que o problema se perpetue, causando a revolta dos proprietários de lojas do Conjunto Nacional e Conic (alegam prejuízos com a presença dos camelôs), a SVO anunciou a intenção de definir uma área para a instalação do camelódromo.

CAMELÓDROMO

A idéia inicial prevê a demarcação de lotes no terreno entre o Teatro Nacional e a L-2 Norte, mantendo os ambulantes em uma zona central da cidade, mas em local que resguardaria os pedestres. Os ambulantes contestam a versão de que representam uma forma desleal de concorrência, devido à insenção de impostos. A maioria acredita que seu público seja constituído pela classe baixa da população, enquanto os shoppings direcionariam suas vendas aos mais abastados.

Alguns vendedores, entretanto, comercializam produtos importados, trazidos basicamente do Paraguai; além de itens como sapatos e roupas, oriundos de centros industriais como São Paulo.

Categoria pede trégua

Rizonete Bezerra Pereira e seus três irmãos que têm barracas próximas à Rodoviária vivem nos últimos dias o temor de não poder sair, antes do dia 30 de dezembro, a dívida junto ao comércio paulista, no valor de Cr\$ 12 milhões. Os quatro vendedores ambulantes compraram este valor em mercadorias como roupas e sapatos e somente vão zerar o débito e conseguir comprar a ceia do Natal se permanecerem na plataforma superior da Rodoviária.

"Depois do dia 1º de janeiro, em-me retiro daqui. Não preciso nem aguardar até o dia 5. Mas antes disso não posso deixar este ponto porque não conseguirei cobrir o cheque predatado lançado em São Paulo". As explicações são de Rizonete, que lembrou ainda o pequeno volume de vendas. Os ambulantes esperam para o início de dezembro o aquecimento deste ramo do comércio, destinado basicamente à população de baixa renda.

A comerciante de roupas Wil-

mar de Fátima Silva, afirma que o final de ano é a única oportunidade que os camelôs têm para "colocar em ordem seus compromissos", saíndo das dívidas. Se durante todo o ano o movimento é fraco, os 20 dias que antecedem a comemoração do Natal compensam. A maior insatisfação dos ambulantes é o fato de terem como única opção o isolamento em áreas pouco transitadas por pedestres, como a do Gran-Circo Lar, só frequentadas em dias em que há shows.

Já os pedestres têm opiniões divergentes sobre a remoção. Cansado de atravessar o movimentado calçadão entre Conic e Conjunto Nacional, o funcionário público André Luiz Gênero lamenta o tumulto criado pelas barracas. Ele acha que a desocupação da área deve ser rápida, em benefício do consumidor. Já a dona-de-casa Ana Joana de Castro não se sente prejudicada pela ocupação do calçadão e até aproveita a oportunidade para, de passagem, fazer pequenas compras.